Prefeitura Municipal de Taquarituba

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 274/67

DE 29 de Março de 1967

"Institui o Código de Posturas do Município de Taquarituba e dá outras providências."

Faço saber que a Câmara Municipal de Taquarituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPITULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º- Êste Código contém as medidas de polícia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, ordem pública e funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, estatuindo as necessárias relações entre o poder público local e os munícipes.

Art. 2º- Ao Prefeito e, em geral, aos funcionários municipais incumbe velar pela observancia dos preceitos dêste Código.

CAPÍTULO II

Das infrações e das penas

Art. 3º- Constitui infração tôda ação ou omissão contrária às disposições dêste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Govêrno no uso de seu poder de polícia.

Art.4º- Será considerado infrator todo aquêle que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

Art. 5º- A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observados os limites máximos estabelecidos neste Código.

Art. 6º- A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfaze-la no prazo legal.

§ 1º- A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º- Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 7º- As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo.

Parágrafo único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista:

I- a maior ou menor gravidade da infração;

II- as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;

III- os antecedentes do infrator, com relação às disposições dêste Código.

Art. 8º- Nas reincidências, as multas serão cominadas em dôbro.

Parágrafo único- Reincidente é o que violar preceito dêste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 9º- As penalidades a que se refere êste Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do art. 159 do Código Civil.

Continua...

Parágrafo único - Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 10º- Nos casos de apreensão, a coisa apreendida será recolhida ao depósito da Prefeitura; quando a isto não se prestar a caisa ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderá ser depositado em mãos de terceiros, ou do próprio detentor, se idôneo, observadas as formalidades legais.

Parágrafo único - A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas e com a apreensão, o depóstice e transporte.

Art. 11º- No caso de não ser reclamado e retirado dentro de 60 (sessenta) dias, o material apreendido será vendido em hasta pública pela Prefeitura; sendo aplicada a importância apurada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue qualquer saldo ao proprietário, mediante requerimento devidamente instruido e processado.

Art. 12º- Não são diretamente puníveis das penas definidas neste Código:

I - os incapazes na forma da lei;

II- os que forem coagidos a cometer a infração.

Art. 13º- Sempre que a infração fôr praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior, a pena recairá:

I- sôbre os pais, tutores ou pessoa sob cuja guarda estiver o menor;

II- sôbre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o louco;III- sôbre aquele que der causa à contravenção forçada.

CAPÍTULO III
Dos autos de infração

Art. 14º- Auto de infração é o instrumento por meio do qual a autoridádde municipal apura a violação das disposi ções dêste Código e de outras leis, decretos e regulamentos do municipio.

Art. 15º- Dará motivo à lavratura do auto de infração - qualquer violação das normas dêste Código que fôr levada ao conhecimento do Prefeito,ou dos Chefes de Serviço, por qualquer servidor municipal ou qualquer pessoa que a presenciar, devendo a comunicação ser acompanhada de prova ou devidamente testemunhada.

Parágrafo único - Recebemdo tal comunicação, a autoridade competente ordenará, sempre que couber, a lavratura do auto de infração.

Art. 16º- Ressalvada a hipótese do parágrafo único do Art. 106, são autoridades para lavrar o auto de infração os fiscais, ou outros funcionários para isso designados pelo Prefeito.

Art. 17º- É autoridade para confirmar os autos de infração e arbitrar multas o Prefeito ou seu substituto legal, êste quando em exercício.

Art. 18º- Os autos de infração obedecerão a modelos especiais e conterão obrigatóriamente:

I- o dia, mês, ano,hora e lugar em que foi lavrado;

II- o nome de quem o lavrou, relatando-se com tôda a clareza o fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuante ou de agravante à ação;

III- o nome do infrator, sua profissão, idade, estado civil e residência;

IV- a disposição infringida;

V- a assinatura de quem o lavrou, do infrator e de duas testemunhas capazes, se houver.

Continua...

Art. 19º- Recusando-se o infrator a assinar o auto, será tal recusa averbada no mesmo pela autoridade que o lavrar.

CAPÍTULO IV

Do processo de execução

Art. 20º- O infrator terá o prazo de sete dias pmara apresentar defesa, devendo faze-la em requerimento dirigido ao - Prefeito.

Art. 21º- Julgada improcedente ou não sendo a defesa apresentada no prazo previsto, será imposta a multa ao infrator, o qual será intimado a recolhê-la dentro do prazo de 5(cinco) dias.

TÍTULO II

Da Higiene Pública

CAPÍTULO I

disposições Gerais

Art. 22º- A fiscalização sanitária abrangerá especialmente a higiene e limpeza das vias públicas, das habitações particulares e coletivas, da alimentação, incluindo todos os estabelecimentos onde se fabriquem ou vendam bebidas e produtos alimentícios, e dos estábulos, cocheiras e pocilgas.

Art. 23º- Emcada inspeção em que fôr verificada irregularidade, apresentará o funcionário competente um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

Parágrafo único - A Prefeitura tomará as providências cabiveis ao caso, quando o mesmo fôr da alçada do governo municipal, ou remeterá cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências necessárias - forem da alçada das mesmas.

CAPÍTULO II

Da Higiene das Vias Públicas

Art. 24º- O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos será executado diretamente pela Prefeitura ou por concessão.

Art. 25º- Os moradores são responsáveis pela limpeza do passeio fronteiriços à sua residência.

§ 1º- A lavagem ou varredura do passeio deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º- É absolutamente proibido, em qualquer caso, - varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

Art. 26º- É proibido fazer varredura do interior dos - prédios, dos terrenos e dos veículos para a via pública, e - bem assim despejar ou atirar papéis, anúncios, reclames ou - quaisquer detritos sôbre o leito de logradouros públicos.

Art. 27º- A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou - obstruindo tais servidões.

Art. 28º- Para preservar de maneira geral a higiene pública fica terminantemente proibido:

I- lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas;

II- consentir o escoamento de águas servidas das residencias para a rua;

III- conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer materiais que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV- queimar, mesmo nos próprios quintais, lixo ou — quaisquer corpos em quantidade capaz de molestar a vizinhança;

Continua...

V- aterrar vias públicas, com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI- conduzir para a cidade, vilas ou povoações do Município, doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento.

Art. 29º- É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular.

Art. 30º- É expressamente proibida a instalação dentro do perímetro da cidade e povoações, de indústrias que pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, eplos combustíveis empregados, pu por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública,

Art. 31º- Não é permitido senão à distância de 800 (oitocentos) metros das ruas e logradouros públicos, a instalação de estrumeiras, ou depósitos em grande quantidade, de estrume animal não beneficiado.

Art. 32º- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO III

Da Higiene das Habitações

Art. 33º- As residencias urbanas ou suburbanas deverão ser caiadas ou pintadas de 2 em 2 anos, no mínimo, salvo exigencias especiais das autoridades sanitárias.

Art. 34º- Os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, patios, prédios e terrenos.

XXXIX35X-Parágrafo único- Não será permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados.

Art.35º- Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios dos prédios situados na cidade, vilas ou povoados.

Parágrafo único- As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem ao respectivo proprietário.

Art. 36º- O lixo das habitações será recolhido em vasilhas apropriadas, providas de tampas, para ser removido pelo serviço de limpeza pública.

Parágrafo único - Não serão considerados como lixo os resíduos de fábricas e oficinas, os restos de materiais de construção, os entulhos provenientes de demolições, as matérias excrementícias e restos de forragem das cocheiras e estábulos, as palhas e outros resíduos das casas comerciais, bem como terra, fôlhas e galhos dos jardins e quintais particulares, os quais serão removidos à custa dos respectivos inquilinos ou proprietários.

Art. 37º- As casa de apartamentos e prédios de habitação coletiva deverão ser dotados de instalação incineradora e coletora de lixo, esta convenientemente disposta, perfeitamente vedada e dotada de dispositivos para limpeza e lavagem.

Art. 38º- Nenhum prédio situado em via pública dotada de rêde de água e esgotos poderá ser habitado sem que disponha dessas unidades e seja provido de instalações sanitárias.

§ 1º- Os prédios de habitação coletiva terão abastecimento d'água, banheiras e privadas em número proporcional ao dos seus moradores.

§ 2º- Os prédios,digo, Não serão permitidos nos prédios da cidade, das vilas e dos povoados, providos de rêde de abastecimento d'água, a abertura ou manutenção de cisternas.

Continua...

Art. 39º- As chaminés de qualquer espécie de fogões de casa particulares, de restaurantes, pesnsões, hotéis e de estabelecimentos comerciais e industriais de qualquer natureza, terão altura suficiente para que a fumaça, a fuligem ou outros resíduos que possam expelir não incomodem os vizinhos.

Parágrafo único- Em casos especiais, a critério da Prefeitura, as chaminés poderão ser substituidas por aparelhamento eficiente que produza idêntico efeito.

Art. 40º- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 20 a 50% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO IV

De Higiene da Alimentação

Art. 41º- A Prefeitura exercerá, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado, severa fiscalização sôbre a produção o comércio e o consumo de gêneros alimentícios em geral.

Parágrafo únicp- Para os efeitos dêste Código, consideram-se gêneros alimenticios tôdas as substâncias sólidas ou líquidas, destinadas a ser ingeridas pelo homem, excetuados os medicamentos.

Art. 42º- Não será permitida a produção, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde, os quais serão apreendidos pelo funcionário encarregado da fiscalização e removidos para local destinado à inutilização dos mesmos.

§ 1º- A inutiliza lção dos gêneros não eximirá a fábrica ou estabelecimentos comercial do pagamento das multas e demais penalidades que possam sofrer em virtude da infração.

§ 2º- A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento da fábrica ou casa comercial.

Art. 43º- Nas quitandas e casas congêneres, além das disposições gerais concernentes aos estabelecimentos de gêneros alimentícios, deverão ser observadas as seguintes:

I- o estabelecimento terá, para depósito de verduras que devam ser consumidas sem cocção, recipientes ou dispositivos de superfície impermeável e à prova de môscas poeiras e quaisquer contaminações;

II- as frutas expostas à venda serão colocadas sôbre mesas ou estantes, rigorosamente limpas e afastadas um metro no mínimo das ombreiras das portas externas;

III- as gaiolas para aves serão de fundo móvel, para facilitar a sua limpeza, que será feita diàriamente.

Parágrafo único - É proibido utilizar-se, para outro qualquer fim, dos depósitos de hortaliças, legumes ou frutas.

Art. 44º- Tôda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura.

Art. 46º-O gêlo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável, isenta de qualquer contaminação.

Art. 47º- As fábricas de doces e de massas, as refinarias padarias, confeitarias e os estabelecimentos congêneres deverão ter:

I- o piso e as paredes das salas de elaboração dos produtos, revestidos de ladrilhos até a altura de dois metros;

II- as salàs de preparo dos produtos com as janelas e aberturas teladas e à prova de môscas.

Continua...

Art. 48º- Não é permitido dar ao consumo carne fresca de bovinos, suinos ou caprinos que não tenham sido abatidos em matadouro sujeito à fiscalização.

Art. 49º- Os vendedores ambulantes de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda.

Art.50º- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1 a 10% do salário minimo vigente na região.

CAPÍTULO V

Da Higiene dos Estabelecimentos

Art. 51º- Os hotéis, restaurantes, bares, cafés, botequins e estabelecimentos congêneres deverão observar o seguinte:

I- a lavagem da louça e talheres deverá fazer-se em água corrente, não sendo permitida sob qualquer hipótese a lavagem em baldes, tonéis ou vasilhames;

II- a higienização da louça e talheres deverá ser feita com água fervente;

III- os guardanapos e toalhas serão de uso individual;

IV- os açucareiros serão de tipo que permitam a retirada do açucar sem o levantamento da tampa;

V- a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas e ventiladas, não podendo ficar expostos às poeiras e às môscas.

Art.52º- Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior são obrigados a manter seus empregados ou garçons limpos, convenientemente trajados, de preferencia uniformizados.

Art.53º- Nos salões de barbeiros e cabeleireiros é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais.

Parágrafo único- Os oficiais ou empregados usarão durante o trabalho, blusas brancas, apropriadas, rigorosamente limpas.

Art.54º- Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais dêste Código, que lhes forem aplicáveis, é obrigatória:

I- a existencia de uma lavandaria à água quente com instalação completa de desinfecção;

II- a existencia de depósito apropriado para roupa servida;

III- a instalação de necrotérios, de acôrdo com o art.55 dêste Código;

IV- a instalação de uma cozinha com, no mínimo, três peças, destinadas respectivamente a depósito de gêneros, a preparo de comida e à distribuição de comida e lavagem e esterilização de louças e utensílios, devendo tôdas as peças ter os pisos e paredes revestidas de ladrilhos até a altura mínimo de dois metros.

Art. 55º- A instalação dos necrotérios e capelas mortuárias será feita em prédio isolado, distante no mínimo vinte metros das habitações vizinhas e situados de maneira que o seu interior não seja devassado ou descortinado.

Art. 56º- As cocheiras e estábulos existentes na cidade, vilas ou povoações do Municipio, deverão, além da observancia de outras disposições dêste Código, que lhes forem aplicadas, obedecer ao seguinte:

I- possuir muros divisórios, com três metros de altura mínima separando-as dos terrenos limítrofes;

II- conservar a distância mínima de dois metros e meio entre a construção e a divisa do lote;

III- possuir sarjetas de revestimento impermeável para águas residuais e sarjetas de contôrno para as águas das chuvas;

IV- possuir depósi

xxxxxxxxxxxxxx

IV- possuir depósito para estrume, à prova de insetos e com a capacidade para receber a produção de vinte e quatro horas, a qual deve ser diàriamente removida para a zona rural;

V- possuir depósito para forragens, isolado da parte destinada aos animais e devidamente vedado aos ratos;

VI- manter completa separação entre os possiveis compartimentos para empregados e a parte destinada aos animais;

VII- obedecer a um recuo de pelo menos vinte metros do alinhamento do logradouro.

Art.57º- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente da região.

TÍTULO III

Da Polícia de Costumes, Segurança a Ordem Pública

CAPÍTULO I

Da Moralidade e do Sossêgo Público

Art.58º- É expressamente proibido às casas de comércio ou aos ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros, revistas ou jornais pornográficos ou obscenos.

Parágrafo único- A reincidência na infração dêste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

Art.59º- Não serão permitidos banhos nos rios, córregos ou lagoas do Municipio, exceto nos locais designados pela Prefeitura como proprios para banhos ou esportes náuticos.

Parágrafo único - Os praticantes de esportes ou banhistas deverão trajar-se com apropriadas roupas apropriadas.

Art.60º- Os proprietarios de estabelecimentos em que se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da ordem nos mesmos.

Parágrafo único - As desordens, algazarra ou barulho, porventura verificada nos referidos estabelecimentos, sujeitarão os proprietários á multa, podendo ser cassada a licença para seu funcionamento nas reincidências.

Art.61º- É expressamente proibido pertubar o sossêgo público com ruídos ou sons excessivos, evitáveis, tais como:

I- os de motores de explosão desprovidos de silenciosos ou com êstes em maús estado de funcionamento;

II- os de buzinas, clarins, tímpanos, campainhas ou quaisquer outros aparelhos;

III- a propaganda realizada com alto-falantes, bombos, tambores, cornetas, etc., sem prévia autorização da Prefeitura;

IV- os produzidos por arma de fogo;

V- os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VI- os de apitos ou silvos de sereia de fábricas, cinemas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 segundos ou depois das 22 horas;

VII- os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades.

Parágrafo único - Excetuam-se das proibições dêste artigo:

I- os tímpanos, sinetas ou sirenes dos veículos dê Assistência, Corpo de Bombeiros e Polícia, quando a serviço;

II- os apitos das rondas e guardas policiais.

Art.62º- Nas igrejas, conventos e capelas, os sinos não poderão tocar antes das 5 e depois das 22 horas, salvo toques de rebates por ocasião de incendios ou inundações.

Continua...

Art. 63 - É proibido executar qualquer trabalho ou serviço queque produza ruído, antes das 7 horas e depois das 20 horas, - nas proximidades de hospitais, escolas, asilos e casas de residencia.

Art. 64- As instalações elétricas só poderão funcionar - quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos - reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta frequencia, chispas e ruidos prejudiciais à rádios recepção.

Parágrafo único - As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das pertubações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das dezoitos horas , nos dias úteis.

Art. 65º- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente no valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente na região, sem prejuizo da ação penal cabível.

CAPÍTULO II
Dos Divertimentos Públicos

Art. 66º- Divertimentos públicos, para os efeitos dêste Código são que se realizarem nas vias públicas, ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 67º- Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem licença da Prefeitura.

Parágrafo único - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instituido com a prova - deterem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício, e procedida a vistoria policial.

Art. 68º- Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras.

I- tanto as salas de entradas como as de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;

II- as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emrgencia.

III- Todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

IV- os aparelhos destinados à renovação do ar deverão ser observados e mantidos em perfeito funcionamento;

V- haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

VI- serão tomadas tôdas as precauções necessárias para - evitar incendios, sendo obrigatória a adotação de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII- possuirão bebedouro automático de agua filtrada e escarradeira hidráulica em perfeito estado de funcionamento.

VIII- durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

IX- deverão possuir material de pulverização de insecticidas.

X- o mobiliario será mantido em perfeito estado de conservação.

Parágrafo único- É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir os espetacúlos de chapéu à cabeça ou fumar no - local da funções.

Continua...

Art.69º- Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas, que não tiverem exaustores, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação do ar.

Art.70º- Em todos os teatros, circos ou salas de espetáculos, serão reservados quatro lugares, destinados às autoridades policiais e municipio, encarregadas de fiscalização.

Art.71º- Os programas anunciados serão executados integralmente, não podendo os espetáculos iniciar-se em hora diversa da marcada.

§ 1º- Em caso de modificação do programa ou de horário, o empresário devolverá aos espectadores o preço integral da entrada.

§ 2º- As disposições dêste artigo aplicam-se inclusive às competições esportivas para as quais se exija o pagamento de entradas.

Art.72º- Os bilhetes de entrada não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado e em número excedente à lotação do teatro, cinema, circo ou sala de espetáculos.

Art.73º- Não serão fornecidas licenças para a realização de jgos ou diversões ruidosas em locais compreendidos em área formada por um raio de 100 metros de hospitais, casas de saúde ou maternidades.

Art.74º- Para funcionamento de teatros, além das demais disposições aplicáveis dêste Código, deverão ser observadas as seguintes:

I- a parte destinada ao público, será inteiramente separada da parte destinada aos artistas, não havendo entre as duas, mais que as indispensáveis comunicações de serviço;

II- a parte destinada aos artistas deverá ter, quando possível, fácil e direta comunicação com as vias públicas, de maneira que assegura saída ou entrada franca, sem dependencia da parte destinada à permanencia do público.

Art. 75º Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I- só poderão funcionar em pavimentos térreos;

II- os aparelhos de projeção ficarão em cabines de fácil saída, construidas de materiais incombustíveis;

III- no interior das cabinas não poderá existir maior número de películas dos que as necessárias para as sessões de cada dia e ainda assim deverão elas estar depositadas em recipientes especial, incombustível, herméticamente fechado, que não seja aberto por mais tempo que o indispensável ao serviço.

Art.76º- A armação de circos de panos ou parques de diversões só poderá ser permitida em certos locais, a juizo da Prefeitura.

§ 1º- A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser por prazo superior a um ano.

§ 2º- Ao conceder a autorização, poderá estabelecer a Prefeitura as restrições que julgar convenientes, no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossêgo da vizinhança.

§ 3º- A seu juízo, poderá a Prefeitura não renovar a autorização de um circo ou parque de diversões, ou obriga-los a novas restrições de conceder-lhes a renovação pedida.

§ 4º- Os circos e parques de diversões, embora autorizados só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em tôdas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

Continua...

Art.77º- Para permitir armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de três salários mínimos vigentes na região, como garantia de despesas com a eventual - limpeza e recomposição do logradouro.

Parágrafo único - O depósito será restituido integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos; em caso contrário, serão deduzidas do mesmo as despesas feitas com tal serviço.

Art. 78º- Na localização de "dancings", ou de estabelecimentos de diversões noturnas, a Prefeitura terá sempre em - vista o sossego e decôro da população.

Art.79º - Os espetáculos, bailes ou festas de caráter - público depedem, para realizar-se, de prévia licença da Prefeitura.

Parágrafo único - Excetuam-se das disposições dêste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Art. 80º- É expressamente proibido, durante os festejos carnavalescos, a presentar-se com fantasias indecorosas ou atirar água ou outra substância que possa molestar os transeuntes.

Parágrafo único - Fora do período destinado aos festejos carnavalescos, a ninguem é permitido apresentar-se mascarado - ou fantasiado nas vias públicas, salvo com licença especial das autoridades.

Art. 81º- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO III
Dos Locais de Culto

Art. 82º- As igrejas, os templos e as casas de culto - são locais tidos e havidos por sagrados e, por isso, devem ser respeitados,sendo proibido pixar suas paredes e muros, ou nêles pregar cartazes.

Art. 83º- Nas igrejas, templos ou casas de culto, os - locais franqueados ao público deverão ser conservados limpos,- iluminados e arejados.

Art. 84º- As igrejas, templos e casas de culto não poderão conter maior número de assistentes, a qualquer de seus - ofícios, do que a lotação comportada por suas instalações.

Art. 85º- Na infração de qualquer artigo dêste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 1 a 10% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO IV
Do trânsito público

Art. 86º- O trânsito, de acôrdo com as leis vigentes,é livre, e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 87º- É proibido embaraçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de - obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem.

Parágrafo único - Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminosa à noite.

Continua...

Art. 88º- Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.

§ 1º- Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanencia na via pública, com o mínimo prejuizo e ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.

§ 2º- Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos, à distância conveniente, dos prejuizos causados ao livre trânsito.

Art. 89º - É expressamente proibido nas ruas da cidade, vilas e povoados:

I- conduzir animais ou veículos em disparada;
II- conduzir animais bravios e sem a necessária precaução;
III- conduzir carros de bois sem guieiros;
IV- atirar à via pública ou logradouros públicos corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes.

Art. 90º- É expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito.

Art. 91º- Assiste à Prefeitura o direito de impedir o transito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública.

Art. 92º- É proibido embaraçar o trânsito ou molestar os pedestres por tais meios como:

I- conduzir, pelos passeios, volumes de grande porte;
II- conduzir, pelos passeios, veículos de qualquer espécie;
III- patinar, a não ser nos logradouros a isso destinados;
IV- amarrar animais em postes, arvores, grades ou portas;
V- conduzir ou conservar animais sôbre os passeios ou jardi

Parágrafo único- Exetuam se aos dispostos no item II, deste artigo, carrinhos de crianças ou de paraliticos, e em ruas de pequenos movimentos, triciclos e bicicletas de uso infantil.

Art. 93º-. Na infração de qualquer artigo dêste capítulo quando não prevista pena no Código Nacional de Trânsito, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 30% do salário minimo vigente na região.

CAPÍTULO V
Das medidas referentes aos animais

Art. 94º- É proibida a permanência de animais nas vias - públicas.

Art. 95º- Os animais encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da Municipalidade.

Art. 96º- O animal recolhido em virtude de disposto nêste capítulo, será retirado dentro do prazo máximo de 7 (sete)dias, mediante pagamento da multa e da taxa de manutenção respectiva.

Parágrafo único - Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.

Art. 97º- É proibida a criação ou engorda de porcos no - perímetro urbano da sede municipal.

Parágrafo único - Aos proprietários de cevas atualmente existentes na sede municipal, fica marcado o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação dêste Código, para a remoção dos animais.

Continua....

Art.98º- É igualmente proibida a criação, no perímetro urbano da séde municipal, de qualquer outra espécie de gado.

Parágrafo único - Observadas as exigências sanitárias a que se refere o artigo 56 dêste Código, é permitida a manutenção de estábulos e cocheiras, mediante licença e fiscalização da Prefeitura.

Art. 99º- Os cães que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

§ 1º- Tratando-se de cão não registrado, será o mesmo sacrificado, se não for retirado por seu dono, dentro de dez - dias, mediante o pagamento de multa e das taxas respectivas.

§ 2º- Os proprietários dos cães registrados serão notificados, devendo retira-los em idêntico prazo, sem o que serão os animais igualmente sacrificados.

§ 3º- Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o parágrafo único do art. 96 dêste código.

Art. 100º- Haverá, na Prefeitura, o registro de cães, que será feito anualmente, mediante o pagamento de taxa respectiva.

§ 1º - Aos proprietários de cães registrados, a Prefeitura fornecerá uma placa de identificação a ser colocada na coleira do animal.

§ 2º- Para registro dos cães, é obrigatório a apresentação de comprovantes de vacinação anti-rábica, que poderá ser feita as expensas da Prefeitura.

§ 3º- São isentos de matrícula os cães pertencentes a boiadeiros, vaqueiros, ambulantes e visitantes, em trânsito pelo Municipio, desde que nêle não permaneçam por mais de uma semana.

Art.101º- O cão registrado poderá andar sôlto na via pública, desde que em companhia de seu dono, respondendo êste pelas - perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art.102º- Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Art. 103º- Ficam proibidos os espetáculos de feras e as exibições de cobras ~~xx~~ e quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Art. 104º- É expressamente proibido:

I - criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

II- criar galinhas nos porões e no interior das habitações;

III- criar pombos nos forros das casas de residência.

Art. 105º- É expressamente proibido a qualquer pessoa maltratar os animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, tais como:

I- transportar, nos veículos de tração animal, carga ou passageiros de peso superior às suas fôrças;

II- carregar animais com pêso superior a 150 quilos;

III- montar animais que já tenham a carga permitida;

IV- fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

V- obrigar qualquer animal a trabalhar mais de 8 (oito)horas contínuas sem descanso e mais de 6 (seis) horas, sem alimentação;

VI- martirizar animais para deles alcançar esfôrços - excessivos;

VII- castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar a custa de castigo e sofrimentos;

VIII- castigar com rancor e excesso qualquer animal;

IX- conduzir animais com a cabeça para baixo, suspen-

Continua...

sos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimentos.

X- Transportar animais amarrados à trazeira de veiculos, ou atados um ao outro pela cauda;

XI- abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenaudos, enfraquecidos ou feridos;

XII- amontoar animais em depósitos insuficientes, ou sem água, ar, luz e alimento;

XIII- usar de instrumentos diferentes do chicote leve, para estímulo e correção de animais;

XIV- empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal.

XV- usar arreios sôbre as partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XVI- praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 106º - Na infração de qualquer dêste capítulo será imposta a multa correspondente no valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente na região.

Parágrafo único- Qualquer do povo poderá autuar os infratores, devendo o auto respectivo, que será assinado por duas testemunhas, ser enviado à Prefeitura para os fins de direito.

CAPÍTULO VI

Da instinção de Insetos Nocivos

Art. 107º- Todo proprietário de terreno, cultivado ou não, dentro do perímetro urbano do municipio, terá a incubência de fazer ciente a Prefeitura da efetivação de formigueiros em seus próprios.

Art. 108º- Verificados pelos ficais da Prefeitura da existência de formigueiros, posteriormente será facultado ao proprietário o exterminio dêstes, fornecendo ao mesmo um prazo não superior a 20 dias, contados peremptòriamente da data da verificação.

Art. 109º- Se no prazo fixado não forem extintos os formigueiros, a Prfeitura incumbir-se-á de fazê-lo imediatamente.

CAPÍTULO VII

Dos Empachamento das Vias Públicas

Art. 110º- Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de largura, no máximo, igual à metade do passeio.

§ 1º- Quando os tapumes forem construidos em esquinas, as placas de nomenclaturas dos logradouros serão nêles afixados de forma bem visível.

§ 2º- Dispensa-se o tapume quando se tratar de:

I - apresentarem perfeitas condições de segurança, digo, construção de reparo de muros ou gradis com altura não superior a dois metros;

II- pinturas ou pequenos reparos.

Art. 111º- Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

I- apresentarem perfeitas condições de segurança;

II- terem a largura do passeio, até o máximo de 2 metros;

III- não causarem danos as arvores, aparelhos de iluminação e rêdes telefônicas e de distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único- O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralização da obra por mais de 60 (sessenta) dias.

Continua...

Art. 112º- Poderão ser armados coretos ou palamques provisórios no logradouros públicos, para comícios políticos, festividades religiosas, cívicas ou de caráter popular, desde que seja observadas as condições seguintes:

I- serem aprovadas pela Prefeitura, quanto à sua localização;

II- não pertubarem o trânsito público;

III- não prejudicarem o calçamento nem escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV- serem removidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

Parágrafo único - Uma vez findo o prazo estabelecido no item IV, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque, cobrando ao responsável as despesas de remoção, dando ao material removido o destino que entender.

Art. 113º- Nenhum material poderá permanecer nos logradouros públicos, exceto nos casos previstos no parágrafo primeiro do art,88 deste Código.

Art. 114º- Oajardinamento e a arborização das praças e vias públicas serão atribuições exclusivas da Prefeitura.

Parágrafo único - Nos logradouros abertos por particulares com licença da Prefeitura, é facultado aos interessados promover e custear a respectiva arborização.

Art. 115º- É proibido podar, cortar, derrubar ou sacrificar as árvores da arborização pública, sem consentimento expresso da Prefeitura.

Art. 116º- Nas árvores dos logradouros públicos não será permitida a colocação de cartazes e anúncios, nem a fixação de cabos ou fios, sem a autorização da Prefeitura.

Art. 117º- Os postes telegráficos, de iluminação e força, as caixas postais, os avisadores de incendio e de policia e as balanças para pesagem de veículos, só poderão ser colocados nos logradouros públicos mediante autorização da Prefeitura, que indicarás posições convenientes e as condições da respectiva instalação.

Art.118º- As colunas ou suportes de anuncios, as caixas de papéis usados, os bancos ou os abrigos de logradouros públicos sómente poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura.

Art.119º- As bancas para a venda de jornais e revistas poderão ser permitidas, nos logradouros públicos, desde que satisfaçam às seguintes condições:

I- terem sua localisação aprovada pela Prefeitura;

II- apresentarem bom aspecto quanto à sua construção;

III- não pertubarem o transito público;

IV- serem de fácil remoção.

Art.120º- Os estabelecimentos comerciais poderão ocupar, com mesas e cadeiras, parte do passeio correspondente a testada do edificio, desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio de largura mínima de dois metros.

Art.121º- Os relógios, estátuas, fontes e quaisquer monumentos sòmente poderão ser colocados nos logradouros públicos se comprovado o seu valor artístico ou cívico, e a juízo da Prefeitura.

§ 1º- Dependerá, ainda, de aprovação, o local escolhido para a fixação dos monumentos.

§ 2º- No caso de paralização ou mau funcionamento de relogio instalado em logradouro público, seu mostrador deverá permanecer coberto.

Continua...

Art.122º - Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região.

CAPÍTULO VIII

Dos inflamátorios e explosivos

Art. 123º- No interêsse público a Prefeitura fiscalizará a fabricação, o comércio, o transporte e o emprêgo de inflamáteis e explosivos.

Art. 124º- São considerados inflamáveis:

I- o fósforo e os materiais fosforados;

II- a gazolinaa e demais derivados do petróleo;

III- os éteres, álcoois, a aguardente e os óleos em geral;

IV- os carburetos, o alcatrão e as matérias betuminosas - líquidas;

V- tôda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja acima de cento e trinta e cinco graus centígrados (135º).

Art.125º- Consideram-se explosivos:

I- os fogos de artifício;

II- a nitroglicerina e seus compostos e derivados;

III- a pólvora e o algodão-pólvora;

IV- as espoletas e os estopins;

V- os fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI- os cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 126º- é absolutamente proibido:

I- fabricar explosivos sem licença especial e em local não determinado pela Prefeitura;

II- manter depósito de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender as exigencias legais, quanto à construção e segurança.;

III- depositar ou conservar nas vias públicas, mesmo provisóriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º-Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados, em seus armazéns ou lojas a quantidade fixada pela Prefeitura, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não ultrapassar a venda provável de vinte dias.

§2º- Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250 metros da habitação mais próxima e a 150 metros das ruas ou estradas, se as distâncias a que se refere êste parágrafo forem superiores a 500 metros, é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art.127º- Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construidos em locais especialmente designados na zona rural e com licença especial da Prefeitura.

§1º- Os depósitos serão dotados de instalação para combate ao fogo e de extintores de incêndio portáteis, em quantidade e disposição convenientes.

§2º- Tôdas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis serão construidos de material incombustível, admitindo-se o emprego de outro material apenas nos caibros, ripas, e esquadrias.

Art.128º- Não será permitido o transporte de explosivo ou inflamáveis sem as precauções devidas.

Continua...

Continuação

Art. 129- É expressamente proibido:
I- queimarfogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros e outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos logradouros;
II- soltar balões em tôda extensão do Municipio;
III- fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;
IV- utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do Municipio;
V- fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo, sem colocação de sinal visível para advertência aos passaros ou transeuntes.

§ 1º- A proibição de que tratamos itens I, II, III, poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regosijo público ou festividades religiosas de carater tradicional.

§ 2º- Os casos previstos no parágrafo 1º serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer , para cada caso, as exigências que julgar necessárias, ao interêsse da segurança pública.

Art. 130- A instalação de postos de abastecimentosxdê veículos bombas de gasolina e depósitos de outros inflamáveis, fica sujeito à licença espedial da Prefeitura.

§ 1º- A Prefeitura poderá negar a licença se reconhecer que a instalação do depósito ou da bomba irá prejudicar, de algum modo a segurança pública.

§ 2º- A Prefeitura poderá estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interêsse da segurança pública.

Art. 131- Na infração de qualquer artigo dêste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 30 a 50% do salário mínimo vigente na região, além da responsabilidade civil ou criminal do infrator, se fôr o caso.

CAPITULO IX
Das Queimadas e dos Cortes de Arvores e pastagens

Art. 132- A Prefeiturax colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de arvores.

Art. 133- Para evitar a propagação deincêndios, observar-se-ão, nas queimadas, as medidas preventivas necessárias.

Art. 134- A ninguemé permitido atear fogo em roçada, palhada ou matos que limitem com terras de outrem, sem tomar as seguintes precauções:
I- preparar aceiros de, no mínimo , sete metros de largura;
II- mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12(doze) horas, marcando dia, hora, e lugar para lançamento do fogo.

Art. 135- A ninguem é permitido atear fogo em matas, capoeiras,lavouras ou campo alheios.

Parágrafo único- Salvo acôrdo entre os interessados, é proibido queimar campo de criação em comum.

Artigo 136- A derrubada da mata dependerá de licença da Prefeitura.

§ 1º- A Prefeitura só concederá a licença quando o terreno se destinar a construção ou plantio do proprietário.

§ 2º- A licença será negada se a mata fôr considerada de utilidade pública.

continua.....

Art. 137- É expressamente proibido o corte ou danificação de árvores ou arbusto nos logradouros, jardins e parques públicos.

Art. 138- Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Municipio.

Art. 139- Na infração de qualquer artigo dêste capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 30 a 50% do salário mínimo vigente na região.

CAPITULO X
Da Exploração de Pedreiras, Cascalheiras, Olarias e Depósitos de areia e Saibro.

Art. 140- A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areia e de saibro depende de licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos dêste Código.

Art. 141- A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruido de acôrdo com êste artigo.

§1º- Do requerimento deverão constar as seguintes informações

a) nome e residência do proprietário do terreno;
b) nome e residência do explorador, se êste não fôr o proprietário;
c) localização precisa da entrada do terreno;
d) declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se fôr o caso

§2º- O requerimento de licença deverá ser instruido com os seguintes documentos:

a) prova de propriedade do terreno;
b) autorização para exploração passada pelo proprietário em cartório, no caso de não ser êle o explorador;
c) planta da situação, com indicação do relêvo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais e cursos d'agua situados em tôda faixa de largura de 100 metros em tôrno da área a ser explorada;
d) perfis do terreno em três vias;

§3º- No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, podrão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados nas alíneas c e d do parágrafo anterior.

Art. 142- As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo.

Parágrafo único- Será interditada a pedreira ou parte da pedreira embora licenciada e explorada de acôrdo com êste Código, desde que posteriormente se verifique que sua exploração acarreta perigo ou dano de propriedade.

Art. 143- Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convênientes.

Art. 144- Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio derequerimento e instruidos com o documento de licença anteriormente concedida.

Art. 145- O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo.

Art. 146- Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbana.

Art. 147- A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:

I- declaração expressa da qualidade do explosivo a empregar;

continua.....

II- intervalo minimo de trinta minutos entre cada série de explosões;
III- içamento, antes da explosão, de uma bandeira à altura conveniente para ser vista à distância;
IV- toque por três vêzes, com intervalo de dois minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo

Art. 148- A instalação de olarias nas zonas urbanas e suburbana do Municipio deve obedecer as seguintes prescrições:
I- as chaminés serão construidas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações nocivas;
II- quando as escavações facilitarem a formação de depósito de aguas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar à medida que fôr retirado o barro.

Art. 149- A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras, com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas.

Art. 150- É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Municipio:
I- a jusante do local em que recebem contribuições de esgôtos;
II- quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;
III- quando possibilitarem a formação de locais a causarem por qualquer forma a estagnação das águas;
IV- quando de algum modo possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construida nas margens ou sôbre os leitos dos rios.

Art. 151- Na infração de qualquer artigo dêste Capítulo será imposta a multa correspondente ao valor de 30 a 50% do salário mínimo vigente na região, além da responsabilidade civil ou criminal que couber.

CAPITULO XI
Dos muros e Cêrcas

Art. 152- Os proprietários de terrenos são obrigados à mura-los ou cerca-los dentro dos prazos fixados pela Prefeitura.

Art. 153- Serão comuns os muros e cêrcas divisórias entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais para a despesa de sua construção e conservação, na forma do art 588 do Código Civil.

Parágrafo único- Correrão por conta exclusiva dos proprietários ou possuidores a construção e conservação das cêrcas para conter aves domésticas, cabritos, carneiros, porcos e outros animais que exijam cêrcas especiais.

Art. 154- Os terrenos das zonas urbana serão fechados com muros rebocados e caiados ou com grades de ferro ou madeira assentes Sôbre alvenaria, devendo em qualquer caso ter uma altura mínima de um metro e oitenta centímetros.

Art. 155- Os terrenos rurais, salvo acôrdo expresso entre os proprietários, serão fechados com:
I- cêrcas de arame farpado com três fios no mínimo e um metro e quarenta centímetros de altura;
II- cêrcas vivas, de espécies vegetais adeguadas e resistentes;
III- telas de fios metálicos com altura mínima de um metro e cinquenta centímetros

Art. 156- Será aplicada multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região a todo aquele que:
I- fizer cêrcas ou muros em desacôrdo com as normas fixado neste capítulo;
II- danificar por qualquer meio, cêrcas existentes, sem prejuizo da responsábilidade civil ou criminal que no caso couber.

continua.....

CAPITULO XII
Dos anúncios e catazes

Art. 157- A exploração dos meios de publicidade nasvias e logradouros públicos, bem como nos lugares de acesso comum, depende de licença da Prefeitura, sujeitando o contribuinte ao pagamento da taxa respectiva.

§ 1º-Incluem-se na obrigatoriedade dêste artigo todos os cartazes, letreiros, programas, quadros, paineis, emblemas, avisos, anúncios e mostruários, luminosos ou não feitos por qualquer modo processo ou engenho, suspensos, distribuídos, afixados ou pintados em paredes, muros, tapumes, veículos ou calçadas.

§ 2º- Incluem-se ainda na obrigatoriedade dêste artigo os anuncios que, embora apostos em terrenos ou próprios do domínio privado forem vísiveis dos lugar s públicos.

Art. 158- A propaganda falada em lugares públicos, por meio de ampliadores de voz, alto-falantes e propagandistas, assim como feitas por meio de cinema ambulante, ainda que mudo, esta igualmente sujeito à prévia licença e ao pagamento da taxa respectiva.

Art. 159- Não será permitida a colocação de anúncios ou cartazes quando:

I- pela sua natureza provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;
II- de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais, monumentos típicos, históricos e tradicionais;
III- sejam ofensivos à moral ou contenham dizeres desfavoráveis a individuos, crenças e instituições;
IV- obstruam, interceptem ou reduzam o vão das portas e janelas e respectivas bandeiras;
V- contenham incorreções de linguagem;
VI- façam uso de palavras em lingua estrangeira, salvo aquelas que, por insuficiência do nosso léxico, a êle hajam incorporado;
VII- pelo seu número ou má distribuição prejudiquem o aspecto das fachadas.

Art. 160- Os pedidos de licença para publicidade ou propaganda por meio de cartazes ou anunciosdeverão mencionar:

I- a indicação dos locais em que serão colocados ou distribuidos os cartazes ou anuncios;
II- a natureza do material de confecção;
III- as dimensões;
IV- as inscrições e o texto;
V- as côres empregadas.

Art. 161- Tratando se de anuncios luminosos, os pedidos deverão ainda indicar o sistema de iluminação a ser adotado.

Parágrafo único- Os anuncios luminosos serão colocados a uma altura mínima de 2,50 metros do passeio.

Art. 162- Os planfetos ou anúncios destinados a serem lançados ou destribuidos nas vias públicas ou logradouros, não poderão ter dimensões menores de dez centímetros (0,10 m) por quinze centimetros (0,15m) nem maiores de trinta centímetros (0,30m) por quarenta e cinco centímetro (0,45m)

Art. 163- Os anúncios e letreiros deverão ser conservados em boas condições, renovados ou consertados,sempre que tais providências sejam necessárias para o seu bom aspecto e segurança.

Parágrafo único- Desde que não haja modificação de dizeres ou localização, os consertos ou repartições de anuncios e letreiros dependerão apenas da comunicação escrita à Prefeitura.

continua.....

Art. 164- Os anúncios encontrados sem que os responsaveis tenham satisfeito as formalidades dêste Capítulo, poderão ser apreendidos e retirados pela Prefeitura, até a satisfação daquelas formalidades, além do pagamento da multa prevista nesta lei.

Art. 165- Na infração de qualquer artigo dêste Capítulo / será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente no região.

TÍTULO IV
Do funcionamento do comércio e da Industria
CAPÍTULO I
Do licenciamento dos estabelecimentos industriais e comerciais
Seção I
Das indústrias e do Comércio localizado

Art. 166- Nenhum estabelecimento comercial ou indústrial poderá funcionar no Municipio sem prévia licença da Prefeitura, concedida a requerimento do interessado e mediante pagamento dos tributos devidos.

Parágrafo único- O requerimento deverá especificar com clareza:

I- o ramo do comércio ou indústria;
II- o montantedo capital invertido;
III- o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 167- Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que se enquadram dentro das proibições constantes do art 30 dêste código.

Art. 168- A licença para funcionamento de açougues, padarias confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedido de exame no local, e de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 169- Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visivel e o ixibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art.170- Para mudanças de local do estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão da Prefeitura que verificara se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 171- A licença de localização poderá ser cassada:

I- quando se tratar de negócio diferente do requerimento;
II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossêgo e segurança pública ;
III- se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo

§ 1º-Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º-Poderá igualmente ser fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua êste Capítulo.

Seção II
Do comércio ambulante

Art.172- O exercicio do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial, que será concedida de conformidade com as prescrições da legislação fiscal do Municipio do que preceitua êste Código.

Art. 173- Da licença concedida deverão constar os seguintes elementos essenciais, além de outros que forem estabelecidos:

continua.....

continuação

I- nuero de inscrição;
II- residência do comerciante ou responsável;
III- nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade funciona o comércio ambulante.

Parágrafo único- O vendedor ambulante não licenciado para o exercicio ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão da mercadoria encontrada em seu poder.

Art. 174- É proibido ao vendedor ambulante, sob pena de mult
I- estacionar nas vias públicas e outros logradouros, fora dos locais prèviamente determinados pela Prefeitura;
II- impedir ou dificultar o trânsitonas vias públicas ou outros logradouros;
III- transitar pelos passeios conduzindo cestos ou outros volumes grandes.

Art. 175- Na infração de qualquer artigo desta Seção, será imposta a multa correspondente ao valor de 10 a 20% do salário mínimo vigente na região, além das penalidades fiscais cabíveis.

CAPITULO II
Do horário de funcionamento

Art. 176- A abertura e fechamento dos estabelecimentos indús triais e comerciais do Municipio obedecerão os seguintes horários, obse vados os preceitos de legislação federal que regula o contrato de duração e as condições do trabalho.

I- Para a industria de modo geral:
a) abertura e fechamento entre 6 e 17 horas nos dias uteis;
b) nos domingos e feriados nacionais, os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, quando decretados pela autoridade competentes.

§ 1º-Será permitido o trabalho em horários especiais, inclusive aos domingos, feriados nacionais ou locais, excluindo o expediente de escritório, nos estabelecimentos que se dediquem às atividades seguintes: impressão de jornais, laticinios, frio industrial, purificação e distribuição de água, produção e destribuição de energia eletrica, serviço telefônico, produção e distribuição de gás, serviço de esgôtos, serviço de transporte coletivo ou a outras atividades que, a juizo da autoridade federal competente, seja estendida tal prerrogativa.

II- Para o comércio de modo geral:
a) abertura às 8 horas e fechamento às 18 horas nos dias úteis;
b) nos dias previstos na letra b, item I, os estabelecimento permanecerão fechados;
c) osestabelecimentos não funcionarão em 30,de Outubro, di consagrado aos empregados do comércio.

§ 2º-O Prefeito Municipal poderá, mediante solicitação das classes interessadas, prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até às 22 horas na ultima quinzena de cada ano.

Art. 177- Por motivo de conveniência pública, poderão funcio nar em horários especiais os seguintes estabelecimentos:
I) Varejistas de frutas, legumes, verduras, aves, e ovos;
a) nos dias úteis das 6 as 20 horas
b) aos domingos e feriados das 6 as 12 horas;
II) Varejistas de peixe:
a) nos dias úteis das 5 as 17 horas
b) aos domingos e feriados das 5 às 12 horas
III) Açougues e varejistas de carnes frescas:
a) nos dias úteis das 5 às 18 horas
b) nos domingos e feriados das 5 às 12 horas

continua.....

IV) Padarias:
a) nos dias uteis-das 5 às 22 horas;
b) nos domingos e feriados-das 5 às 18 horas.
V) Farmacias:
a) nos dias úteis-das 8 às 22 horas;
b) nos domingos e feriados-no mesmo horário, para os estabelecimentos que estiverem de plantão, obedecida a escala organizada pela Prefeitura.
VI) Restaurantes, bares, botequins, confeitarias, sorveterias e bilhares:
a) nos dias úteis-das 7 às 24 horas;
b) nos domingos e feriados-das 7 às 22 horas.
VII) Agências de aluguel de bicicletase similares:
a) nos dias úteis-das 6 às 22 horas;
b) nos domingos e feriados-das 6 às 20 horas.
VIII) Charutarias e "bomboniéres";
a) nos dias úteis-das 7 às 22 horas;
b) nos domingos e feriados- das 7 às 12 horas.
IX) Barbeiros, cabeleireiros, massagistas e engraxates:
a) nos dias úteis- das 8 às 20 horas;
b) aos sabados e vésperas de feriados o encerramento poderá ser feito às 22 horas;
X) Cafés e leiterias:
a) nos dias úteis- das 5 às 22 horas;
b) nos domingos e feriados- das 5 às 12 horas.
XI) Distribuidores e vendedores de jornais e revistas:
a) nos dias úteis - das 5 às 24 horas
b) nos domingos e feriados- das 5 às 18 horas.
XII) Lojas de flores e coroas:
a) nos dias úteis- das 7 às 22 horas
b) nos domingos e feriados- das 7 às 12 horas.
XIII) Carvoarias e similares:
a) nos dias úteis- das 6 às 18 horas
b) nos domingos e feriados- das 6 às 12 horas
XIV) "Dancings", cabarés, e similares - das 20 às 2 horas da manhã seguinte.
XV) Casas de Loteria:
a) nos dias úteis- das 8 às 20 horas;
b) nos domingos e feriados- das 8 às 14 horas.
XVI) Os postos de gasolina e emprêsas funerárias poderão funcionar em qualquer dia e hora.
XVII) Os Empórios e Mercearias funcionarão nos dias úteis e feriados das 8 às 20 horas.

§ 1º- As farmácias, quando fechadas, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia ou da noite

§ 2º- Quando fechadas, as farmácias deverão afixar à porta, uma placa com a indicação dos estabelecimentos análogos que estiverem de plantão.

§ 3º- Para o funcionamento dos estabelecimentos de mais de um ramo de comércio será observado o horário determinado para a espécie principal, tendo em vista o estoque e a receita principal do estabelecimento.

§ 4º- O valor da licença não poderá ultrapaçar a 50% (cincoenta por cento) do salário mínimo da região.

Art-178- As infrações resultantes do não cumprimento das disposições dêste Capítulo serão punidas com multa correspondente ao valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente na região.

continua.....

CAPÍTULO III
Da aferição de pesos e medidas

Art. 179- As transações comerciais em que intervenham medidas, ou façam referências a resultados de medidas de qualquer natureza deverão obedecer ao que dispõe a legislação metrológica federal.

Art. 180- As pessoas ou estabelecimentos que façam compra ou venda de mercadoria, são obrigados a submeter anualmente a exame, verificação e aferição os aparelhos e instrumentos de medir por êles utilizados.

§ 1º- A aferição deverá ser feita nas próprias estabelecimentos, depois de recolhida aos cofres municipais a respectiva taxa.

§ 2º- Os aparelhos e instrumentos utilizados por ambulantes deverão ser aferidos em local indicado pela Prefeitura.

Art. 181- A aferição consiste na comparação dos pêsos e medidas com os padrões metrológicos e na aposição do carimbo oficial da Prefeitura aos que foram julgados legais.

Art. 182- Só serão aferidos os pesos de metal, sendo rejeitado os de madeira, pedra, argila, ou substância equivalente.

Parágrafo único- Serão igualmente rejeitados os jogos de pesos e medidas que se encontrarem amassados, furados ou de qualquer modo suspeitos.

Art. 183- Para efeito de fiscalização, a Prefeitura poderá, em qualquer tempo, mandar proceder ao exame e verificação dos aparelhos e instrumentos de pesar ou medir, utilizados por pessoas ou estabelecimentos a que se refere o art 180.

Art. 184- Os estabelecimentos comerciais ou industriais serão obrigados, antes do ínicio de suas atividades, a submeter à aferição os aparelhos ou instrumentos de medir a ser utilizados em suas t transaçõescomerciais.

Art. 185- Será aplicada multa correspondente ao valor de 10 a 30% do salário mínimo vigente na região, àquele que:

I- usar, nas transações comerciais, aparelhos, instrumentos e utensilios de pesar ou medir que não sejam baseados no sistema métrico decimal;

II- deixar de apresentar anualmente, ou quando exigidos para exame , os aparelhos e instrumentos de pesar ou medir utilizados na compra ou venda do produto;

III- usar, nos estabelecimentos comerciais ou industriais, instrumentos,de medir ou pesar viciados, já aferidos ou não.

CAPITULO IV
Seção única
Disposição Final

Art. 186- Este Código entrará em vigor na data de sua públicação, revogadas as disposições em contrário

Ribas Ferreira de Oliveira
=Prefeito Municipal=

Maria de Lourdes Moreira Guzzi

Registrada e publicada na data supra na Secretária da Prefeitura

LEI Nº 5/67 da C.M. de 28 de Março de 1 967